

UNIÃO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL S.A.

CNPJ. 00.720.144/0001-12

Em 31 de dezembro de 2021

Demonstrações Financeiras

União Educacional do Planalto Central S.A.

Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.026	38.547
Contas a receber	6	17.267	12.747
Impostos a recuperar		53	36
Outros ativos	7	4.630	4.083
		33.976	55.413
Não circulante			
Contas a receber	6	5.930	5.504
Aplicações financeiras vinculadas	5	505	1.434
Depósitos judiciais		6.751	17
Imobilizado	8	96.452	75.620
Intangível		167	-
		109.805	82.575
Total do ativo		143.781	137.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Educacional do Planalto Central S.A.

Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	3.325	2.447
Fornecedores	10	2.125	2.596
Obrigações sociais e trabalhistas	11	9.921	11.446
Obrigações tributárias	12	1.095	337
Parcelamentos de impostos	13	2.040	1.187
Dividendos a distribuir	19	9.819	6.413
Arrendamentos a pagar	14	1.443	934
Outros passivos	15	5.281	9.171
		35.049	34.531
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	5.534	8.806
Parcelamentos de impostos	13	4.622	2.539
Arrendamentos a pagar	14	79.546	59.905
Outros passivos	15	407	404
Provisão para demandas judiciais	16	977	4.478
		91.086	76.132
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	6.824	6.824
Reserva legal		1.364	1.364
Dividendos adicionais propostos	19.b	-	5.589
Reserva de lucros		9.458	13.548
Total do patrimônio líquido		17.646	27.325
Total do passivo e do patrimônio líquido		143.781	137.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Educacional do Planalto Central S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional, líquida	20	127.618	113.965
Custos dos serviços prestados	21	(57.935)	(55.926)
Lucro bruto		69.683	58.039
Despesas de vendas	22	(3.944)	(4.366)
Despesas gerais e administrativas	23	(20.129)	(22.975)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		45.610	30.698
Receitas financeiras	24	3.132	1.687
Despesas financeiras	24	(7.717)	(6.569)
Resultado financeiro, líquido		(4.585)	(4.882)
Lucro antes dos impostos		41.025	25.816
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.748)	(252)
Lucro líquido do exercício		39.277	25.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Educacional do Planalto Central S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	39.277	25.564
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	39.277	25.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Educacional do Planalto Central S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros Retidos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.824	1.350	-	8.374	-	16.548
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.564	25.564
Destinação do lucro líquido:						
Constituição reservas de lucros	-	14	13.548	-	(13.562)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.413)	(6.413)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(8.374)	-	(8.374)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	5.589	(5.589)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.824	1.364	13.548	5.589	-	27.325
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.277	39.277
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(9.819)	(9.819)
Dividendos intermediários pagos	-	-	(13.548)	(5.589)	-	(19.137)

Dividendos intercalares pagos	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Constituição reservas de lucros	-	-	9.458	-	(9.458)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.824	1.364	9.458	-	-	17.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Educacional do Planalto Central S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	41.025	25.816
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	5.715	4.622
Provisão para devedores de liquidação duvidosa	691	(3.295)
Provisão de risco FIES	4	(35)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(3.501)	912
Provisão para convênios	-	-
Devolução TAC	-	5.404
Resultado na baixa de imobilizado	-	557
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	6.368	5.427
	50.302	39.408

Variações nos ativos e passivos:

Contas a receber	(5.637)	(2.680)
Impostos a recuperar	(17)	(4)
Outros ativos	(7.281)	(870)
Fornecedores	(471)	205
Parcelamento de impostos	3.789	(232)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(1.707)	360
Outros passivos	(3.590)	(1.131)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(808)	(1.157)
	(15.722)	(13.883)

Caixa líquido aplicado nas (gerado das) atividades operacionais	34.580	25.525
--	---------------	---------------

Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.678)	(4.474)
Aplicações financeiras vinculadas	929	589
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.749)	(3.885)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos - 10.000	(7.165)	(5.436)
Pagamento de arrendamentos (7.165) (5.436)	(3.637)	(847)
Amortização de empréstimos e financiamentos (3.637) (847)	(45.550)	(8.374)
	(56.352)	3.717

Pagamento de dividendos (45.550) (8.374)	(56.352)	3.717
Caixa líquido aplicado nas (gerado das) atividades de financiamentos (56.352) 3.717	(26.521)	25.557
No início do exercício	38.547	13.190
No final do exercício	12.026	38.547
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(26.521)	25.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Extrato do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Opinião sem modificações

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.correioabraziliense.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 17 de março de 2022, sem modificações descrito na seção Base para opinião.

Brasília, 17 de março de 2022.

Alexandre Dias Fernandes

Contador CRC DF-012460/O-2

Notas explicativas às demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, que estão disponíveis no seguinte endereço www.correioabraziliense.com.br (jornal eletrônico).

1. Contexto operacional

A União Educacional do Planalto Central S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, na Área Especial para Indústria, Lote 02, Bloco "A", Setor Leste, Gama, é mantenedora do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - Uniceplac e tem como atividade preponderante a prestação de serviços de ensino superior e pós graduação nas modalidades presencial e a distância.

Breve histórico

- Fundada em 1985 pelo Doutor Aparecido dos Santos, oferecendo o primeiro curso de Odontologia de Brasília e região, no Lago Sul como o nome de FOPLAC;
- Em 1998 é inaugurado o Campus do Gama;
- Em 2002, o curso de Medicina e Direito são ofertados pela primeira vez com 80 vagas e 120 vagas, respectivamente;
- Em 2007 é criada a FACIPLAC - Faculdades Integradas do Planalto Central com a unificação de 11 faculdades;
- Em 2013 falece o seu fundador ficando a cargos das suas filhas a administração da Companhia;
- Em 12 de abril de 2018 é aprovada a transformação da natureza jurídica da mantenedora de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de capital fechado através da oitava alteração contratual;
- Em 29 de maio de 2018 a BR Health participações S.A adquire 15% de participação da Companhia;
- Em 04 de julho de 2018 é aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) através da Portaria 636 o credenciamento com nota máxima em Centro Universitário, passando a se chamar Uniceplac - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos com mais de 6.143 alunos em seus 21 cursos;
- Em 29 de março de 2019, a BR Health Participações S.A foi incorporada pela Afya Participações S.A., que em 18 de junho de 2019 adquiriu 15% do capital social e, dessa forma, passou a deter 30% de participação na Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as disposições previstas na legislação societária brasileira, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pela *International Accounting Standards Board* ("IASB").

3. Mudanças de Práticas Contábeis:

Não houve nenhuma mudança de práticas contábeis em relação ao exercício social anterior.

4. Resumo das principais políticas contábeis críticas

As principais políticas contábeis críticas descritas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente com aquelas apresentadas no exercício anterior, exceto quando indicado de forma diversa e permitido pela regra de transição.

Reconhecimento de receita

A receita da Companhia consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais (pagamentos), no final do semestre letivo.

As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: a existência de um contrato válido e assinado, o valor dos serviços é facilmente identificável e é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Companhia realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência da parcela não financiada e custeada pelos próprios alunos (quando o financiamento é parcial), esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de alunos pela prestação de serviços da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "impairment", sendo que a provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento.

A partir de 2020, com base em informações e dados mais precisos sobre a recuperabilidade dos créditos antigos do contas a receber, a Companhia revisou os critérios para determinar a provisão de contas a receber e estendeu o período de análise quanto à recuperação da inadimplência de 6 para 24 meses.

Portanto, a premissa da Companhia passou a ser análise do histórico de perdas dos 36 meses e a média histórica de perda efetiva dos últimos 24 meses, excluindo o último ano em razão de especificidades do ramo educacional, em especial os atrasos iniciais e os posteriores pagamentos devidos às rematrículas e acordos. Nesse contexto, o percentual da PCLD é composto pelo somatório de:

Um percentual de perda com base na receita líquida;
Um percentual adicional considerando o histórico de perda média dos acordos realizados. Assim, além da provisão sobre o faturamento, considera-se igualmente uma perda adicional a partir dos acordos celebrados no período.

O percentual apurado deverá incidir sobre a receita líquida dos últimos 12 meses.

Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente. A Companhia possui dois contratos de aluguel/arrendamento de imóveis com vigência de 30 e 4 anos, sendo que a depreciação é calculada com base nesses períodos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

ii) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

iii) Provisões para risco futuro FIES (Nota 15)

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa, sendo as seguintes premissas consideradas:

- Para os contratos com fiador foi constituída uma provisão de 1,10% dos repasses dessa natureza, considerando que a Companhia assume apenas 15% de exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 5% até 30% de inadimplência de acordo com o curso do aluno;
- Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, com adesão realizada após abril de 2014, foi constituída uma provisão de 0,192% dos repasses dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 90% da exposição ao risco de crédito FIES (15%) e uma estimativa de 5% até 30% de inadimplência de acordo com o curso do aluno.

5. Eventos subsequentes relevantes

Não houve nenhum evento subsequente ao período de encerramento da apuração das demonstrações financeiras do exercício social de 2021.

Obs.: a versão integral deste balanço está publicada em